

Desfazendo dicotomias em torno da metáfora

Breaking down dichotomies around metaphor

Heronides Moura
Universidade Federal de Santa Catarina

Abstract

In this paper two common dichotomies in the study of metaphors are criticised: on one hand, those which contrapose thought versus language, and on the other, word versus sentence. Many arguments that show that these dichotomies do not capture the essence of metaphor are presented. It is argued that a metaphor is built by exploring both poles of the dichotomies mentioned. Building from these arguments, it is proposed that metaphor corresponds to a general cognitive capacity which establishes correlations among diverse domains. This capacity, however, needs an expressive medium which is language in use. In short, a metaphor built by thought takes on semantic relations pre-existent in the lexical system of a language.

Keywords

Metaphor; Thought; Cognitive capacities.

Resumo

Neste artigo, são criticadas duas dicotomias usuais nos estudos das metáforas: as que opõem, de um lado, pensamento x linguagem, e, de outro, palavra x sentença. São apresentados vários argumentos que mostram que essas dicotomias não capturam a natureza das metáforas. Argumenta-se que uma metáfora é construída explorando

os recursos dos dois pólos das duas dicotomias citadas. Com base nesses argumentos, postula-se que a metáfora corresponde a uma capacidade cognitiva mais geral de estabelecer correlações entre domínios distintos, mas que essa capacidade necessita do meio expressivo que é a linguagem para ser posta em uso. Em outros termos, a metáfora construída pelo pensamento se apropria de relações semânticas já existentes no sistema lexical da língua.

Palavras-chave

Metáfora; Pensamento; Capacidade cognitiva.

0. Introdução

Neste artigo, pretendo mostrar que duas dicotomias normalmente associadas ao estudo da metáfora na verdade não fazem muito sentido. Essas dicotomias servem basicamente para caracterizar teorias e separar pontos de vista sobre o fenômeno metafórico. São elas: a dicotomia pensamento x linguagem, e a dicotomia palavra x sentença.

A minha hipótese é que essas dicotomias estanques, que isolam aspectos distintos do fenômeno metafórico, não capturam o caráter estritamente relacional dos dois pólos de ambas as dicotomias. Em outras palavras, minha idéia é que o estudo da metáfora deve encarar essas dicotomias não como pólos excludentes, mas como relações entre os pólos. Por um lado, não há metáfora sem pensamento, mas o pensamento expresso na metáfora depende da linguagem. Quanto à segunda dicotomia, a metáfora surge no enunciado, na sentença que a contém, mas a palavra é um elemento essencial na construção do enunciado metafórico.

O questionamento dessas duas dicotomias (discutidas nas seções 1 e 2, respectivamente) nos levará a rever qual é o lugar do pensamento na produção de metáforas. As análises estarão ancoradas em ocorrências reais de metáforas, extraídas da *web*.

1. A primeira dicotomia: pensamento x linguagem

Ao longo do século XX, duas tradições de estudo da metáfora se opuseram quanto aos papéis desempenhados pelo pensamento e pela linguagem na construção e interpretação de metáforas. Uma primeira tradição tem origem dupla: a teoria literária e a filosofia analítica. Essa tradição identifica a metáfora como uma forma de pensar; a capacidade de criar metáforas seria uma das expressões da cognição humana.

Richards (1965) (os seus trabalhos remontam à década de 30 do século passado) é o autor fundamental nessa tradição, e sua pesquisa emerge no âmbito

da teoria da literatura. Para esse autor, a metáfora não corresponde a uma troca de significados, com a passagem do significado literal para o significado figurativo. Para ele, a linguagem em si mesma, com seu arsenal de itens lexicais e relações semânticas entre eles, não permite definir a forma que uma metáfora assumirá: a metáfora nasce no uso. E esse uso é regido pelo pensamento. A metáfora é um instrumento do pensamento. Foi Richards quem pela primeira vez dissecou o caráter binário da metáfora, dividindo o enunciado metafórico em teor (*tenor*) e veículo. Mas note: teor e veículo não correspondem a palavras, mas a pensamentos. Como observa Ricoeur (2005, p. 129), “não se trata de um simples deslocamento de palavras, mas de um comércio de pensamentos”, ou seja, a matéria-prima da metáfora são conceitos, e não palavras. Essa percepção abriu uma fenda na tradição retórica de estudo da metáfora, que era encarada como uma troca de sentidos lexicais, não de conceitos.

Com o trabalho de I. A. Richards, tem início uma longa tradição que separa dois planos na metáfora: o plano conceptual (que relaciona conceitos) e o plano da expressão (as palavras que são usadas para exprimir esses conceitos). Está instaurada a dicotomia pensamento x linguagem, com ênfase no primeiro elemento da dicotomia.

Essa linha de investigação literária se funde com as pesquisas da filosofia analítica, e é Max Black (1993) quem faz a ponte entre esses campos de investigação teórica. Ele postula que a metáfora é um “instrumento cognitivo”, uma espécie de lente que nos permite ver o mundo de uma forma determinada. Ele afirma que

some metaphors enable us to see aspects of reality that the metaphor's production helps to constitute. But that is no longer surprising if one believes that the world is necessarily a world *under a certain description* – or a world seen from a certain perspective. Some metaphors can create such a perspective.¹ (BLACK, 1993, p. 38)

Note que na teoria de Black as metáforas possibilitam a construção de perspectivas cognitivas, e as palavras são meros condutores dos conceitos que dão origem às formas de ver o mundo. A dicotomia pensamento e linguagem é reafirmada em toda a sua força.

Essa tradição, representada aqui por I. A. Richards e Max Black, desembocou em duas linhas de investigação mais atuais: a psicologia do *framing* e a Linguística Cognitiva.

Estudos em Psicologia Cognitiva (TVERSKY; KAHNEMAN, 1981; PINKER, 2007) têm mostrado que o tipo de *framing* (definido como uma forma de apresentação do evento) que fazemos de um determinado evento afeta a nossa forma de pensar e agir sobre esse evento. E a metáfora corresponderia a um tipo de *framing*, ou seja, a uma certa forma de organizar a nossa interpretação e a nossa ação sobre o mundo. Como diz Pinker (2007, p. 244): “identical events, different metaphors, flipped decision”.²

A Linguística Cognitiva radicaliza as conclusões tanto da tradição da metáfora como instrumento cognitivo, quanto da psicologia do *framing*. As pesquisas de Lakoff e colaboradores (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987; 2004) são as mais representativas dessa radicalização. O princípio básico é que a metáfora, nessa perspectiva, deixa de ser apenas um dos instrumentos da cognição e passa a ser o instrumento por excelência da capacidade humana de dar sentido ao mundo. Está configurado assim o que Pinker (2007, p. 238) chama de “metáfora da metáfora”, que teria os seguintes termos, segundo esse autor: “TO THINK IS TO GRASP A METAPHOR”.³ Nesse caso, na perspectiva lakoffiana, todo pensamento é apenas um *framing* de um evento, e hipóteses distintas sobre o mesmo evento correspondem a diferentes *framings*, ou seja, diferentes metáforas sobre um mesmo evento. Pensamento e metáfora passaram quase a designar a mesma coisa: a dicotomia pensamento x linguagem atingiu o seu auge.

Mas essa dicotomia é tão extrema? Vejamos, em primeiro lugar, uma objeção mais teórica. Suponhamos que a metáfora se dê inteiramente no plano de pensamento, do chamado mentalês (PINKER, 2004). Logo, a estrutura linguística nada teria a ver com a metáfora, correspondendo apenas a um epifenômeno da metáfora conceptual (cf. MOURA, 2002a; 2002b; 2005; 2006). Imaginemos, porém, que se pretenda construir uma metáfora que represente figurativamente, em termos físicos, uma mudança de estado de um aspecto comportamental, não-físico, de uma pessoa. Como dar forma a esse esqueleto de metáfora sem usar o arsenal de itens lexicais e relações semânticas de uma dada língua? Como dar corpo à metáfora sem passar pela linguagem (cf. MOURA *et al.*, 2007)? Por exemplo, para dar forma à metáfora pensada acima, seria preciso ver de que forma uma língua específica marca a mudança de estado de indivíduos, e que itens lexicais estão disponíveis para representar, no plano físico, a mudança de estado sofrida por uma pessoa em sua forma de agir. Em (1), proponho uma representação possível da metáfora conceptual dessa mudança de estado:

- (1) A mudança de comportamento de uma pessoa é uma mudança de estado físico.

Ok, essa seria uma boa tradução do *insight* da metáfora conceptual citada. Mas como codificar isso em uma língua natural? Que tipo de estrutura gramatical permite a expressão dessa idéia? Que itens lexicais são mais apropriados? O meu argumento é que a escolha precisa da forma gramatical e das palavras apropriadas é o que produz a metáfora, o que dá vida à estrutura conceptual. O pensamento não é determinado pela linguagem, mas depende da estrutura lingüística como código que traduz o pensável.

Uma forma de construir enunciados, em português, representativos da metáfora conceptual (1) apresentada é usar verbos de mudança de estado que se aplicam a entidades físicas (no caso seguinte, mais especificamente partes do corpo humano):

- (2) Eles querem *engessar* um juiz de 1ª Instância. Eles querem fazer com que a Justiça seja de cima para baixo. <www.tacrim.sp.gov.br/cetac/Palestra40501.html> (exemplo retirado de FOSSILE, 2007).

A frase inicial de (2) contém a metáfora; a estrutura em (1) apenas nos faz imaginá-la. Para transformar (1) em (2), ou seja, para passar do pensamento para a linguagem, foi preciso utilizar os recursos da linguagem, do português especificamente. E vários níveis da linguagem foram necessários para a produção de (2). Entre eles:

- (3) Elementos lingüísticos da metáfora *engessar um juiz*.
- a) Classes acionais de verbos: verbos de mudança de estado.
 - b) Estrutura gramatical: o objeto direto designa a entidade que sofre a ação (ou seja, se o juiz é engessado, fica no estado de quem é engessado).
 - c) Léxico: o item lexical *engessar* é apropriado para a expressão de uma mudança de estado no plano comportamental, da ação do juiz enquanto agente público.

Se não dispomos dos elementos em (3), fica difícil dar conteúdo à representação em (1). A dicotomia pensamento x linguagem não é tão extrema: os dois pólos interagem na produção das metáforas. Um argumento similar é

apresentado por Kittay (1989, p. 15): “But the linguistic utterance of metaphor exists in relation to a language whose organization reflects and helps shape a conceptual system. And I insist that the conceptual requires an expressive medium”.⁴

A dicotomia pensamento x linguagem exprime na verdade uma relação de duas vias: o pensamento associa conceitos que se conectam metaforicamente, mas essa conexão só é possível porque a linguagem fornece ao pensamento um meio expressivo apropriado.

Um segundo argumento em prol da interdependência entre pensamento e linguagem é a criação de paradigmas lexicais no uso de analogias metafóricas. Há uma longa tradição nos estudos da metáfora que associa esse uso figurativo da linguagem a uma estrutura analógica (GOODMAN, 1976; GENTNER, 1983; STEINHART, 2001; BOWDLE; GENTNER, 2005; MOURA, 2007; PINKER, 2007). Considere por exemplo a metáfora seguinte:

(4) O genoma é um código.

Essa metáfora científica (sobre metáforas na ciência, cf. BOYD, 1993) estabelece uma correlação entre dois domínios, definindo que certas relações entre elementos do genoma são equivalentes a relações entre elementos de um código (por exemplo, se um elemento de um genoma se opõe a um outro elemento do genoma, então eles têm funções diferentes, assim como se um signo, num código, se opõe a outro signo, esses dois signos têm significados (funções) diferentes no código).

A analogia impõe uma identidade de relações, não uma semelhança dos elementos que entram nas relações (GENTNER, 1983). Trata-se de uma similaridade abstrata, não uma similitude de propriedades dos elementos dos diferentes domínios. Por exemplo, em (4), um elemento do genoma nada tem a ver com um signo, mas ambos mantêm relações similares nos seus domínios (genoma e código, respectivamente).

Pinker (2007) observa que a analogia metafórica corresponde a uma intuição da mente humana sobre correspondências estruturais entre domínios diferentes da realidade. Essas analogias metafóricas “can power sophisticated inferences, not just obvious ones”⁵ (PINKER, 2007, p. 253), ou seja, o poder analógico da metáfora tem um evidente valor heurístico para o trabalho da mente, em sua relação com o mundo. Pinker (*op. cit.*), apesar de sua oposição a certos aspectos da Linguística Cognitiva, mantém a tradição de uma dicotomia estanque

entre pensamento e linguagem no uso das metáforas, ao menos em metáforas com poder inferencial como (4). Para esse autor, as palavras importam pouco; o que vale é o que está *por baixo da metáfora*, isto é, os conceitos.

Percebam, entretanto, um ponto importante no uso de (4). Suponham que um leigo não apreenda grande coisa sobre o genoma por meio da metáfora em (4) (na verdade, Pinker (2007) observa que essas metáforas científicas são úteis basicamente para os cientistas, que primeiro intuem uma correlação analógica entre dois domínios, e com base nessa intuição vão pesquisar, empiricamente, quais as propriedades específicas dessa homologia percebida). Mas um leigo na verdade intui pouca coisa sobre a realidade física do genoma com base somente em (4). No entanto, apesar da pobreza de suas inferências, um leigo é perfeitamente capaz de, a partir de (4), montar uma série de metáforas com base em um paradigma lexical:

- (5) O genoma é um livro.
- (6) O genoma é um texto.
- (7) O genoma é um alfabeto.
- (8) O genoma é um sistema de signos.

Como um leigo pode elaborar essa série de metáforas em (5)-(8) se ele pouco apreendeu sobre as reais homologias entre um genoma e um código? A meu ver, ele pôde fazer isso simplesmente porque fez uso do sistema semântico do português, que é estruturado em paradigmas lexicais, baseados em relações semânticas entre as palavras, que preexistiam à criação da metáfora em (4). Quer dizer, a produção de metáforas passa necessariamente pela semântica de uma dada língua, independentemente de a intuição original ser puramente conceptual.

Kittay (1989) propôs uma teoria em que os dois elementos da metáfora (tópico e veículo) correspondem a campos semânticos, o que leva necessariamente à percepção da metáfora como um procedimento lingüístico que se dá também no campo da semântica. Em outras palavras, a interpretação da metáfora depende, ao menos em parte, da estrutura semântica de uma dada língua.

Goodman (1976) também já havia intuído que, no uso de uma metáfora, não apenas um signo é convocado, mas todo um paradigma de signos, ou de rótulos (*labels*). Para ele, na metáfora “a whole set of alternative labels, a whole apparatus of organization, takes over a new territory”⁶ (GOODMAN, 1976, p. 73). Nos exemplos de (4) a (8), todo o paradigma lexical da palavra “código”

passa a ser um rótulo alternativo da palavra “genoma”. Portanto, a linguagem tem um papel fundamental na configuração da metáfora, já que uma metáfora convoca não apenas uma idéia sem palavras, mas um sistema de palavras. Mesmo que um leigo continue a saber muito pouco sobre a natureza real do genoma, ele é capaz de apreender as correlações semânticas envolvidas no enunciado (4).

O meu intuito até aqui foi mostrar que a dicotomia pensamento x linguagem no uso das metáforas deve ser entendida como uma relação de duas mãos entre os dois pólos da dicotomia.

2. A segunda dicotomia: palavra x sentença

Aqui também a dicotomia serve para demarcar os limites entre tradições teóricas, mas o meu interesse é mostrar que essa dicotomia não é estanque, e que palavra e sentença interagem na construção da metáfora.

A tradição retórica sempre situou a metáfora no seio da palavra (cf. RICOEUR, 2005). Produzir uma metáfora, nessa perspectiva, é ampliar o campo de aplicação de uma palavra, e essa ampliação ocorre por razões estéticas, retóricas, ou por simples lacunas no vocabulário, que um sentido metafórico vem suprir. Essa tradição foi reinventada no século XX por autores de inspiração estruturalista ou mais especificamente de linhagem saussuriana.

Um autor representativo dessa tradição é Ullmann (1964). Esse autor argumenta que a metáfora se origina da teia das relações semânticas entre as palavras. A fonte da metáfora é a mesma que gera a polissemia: essa fonte é a vagueza inerente às significações das palavras. Uma mesma palavra pode receber diferentes acepções em função do contexto, e algumas dessas acepções podem se congelar em sentidos polissêmicos. Mas um elemento de instabilidade e de mudança do sistema lexical de uma língua sempre está presente. Se *cônjuge* e *marido* podem ser sinônimos em certos contextos, passam a significar coisas diferentes em contextos específicos, por exemplo, o judicial. Por exemplo, diz-se que um cônjuge está em processo de separação judicial, e não que um marido está em processo de separação judicial. Um mesmo paralelo se pode fazer entre *pai* e *genitor*. Note-se que, nessa abordagem de cunho estruturalista, novas acepções criam novos paradigmas lexicais, obtendo-se, por exemplo, de um lado o par *marido-pai* e, de outro, o par *cônjuge-genitor*, com inferências e ressonâncias bem diferentes nos dois paradigmas. Há situações ainda mais

complicadas, como as diferentes acepções de *inteligente*, em que a vagueza se faz mais presente (cf. CHIERCHIA, 2003).

Segundo Ullmann (1964), a polissemia é uma forma de organizar um pouco a instabilidade instaurada pela vagueza. E a metáfora é uma fonte constante de polissemia, ou seja, de rearranjo nos paradigmas lexicais de uma língua. Esse autor define a metáfora como uma mudança de sentido das palavras, gerada pela vagueza intrínseca das significações. Isso dá novo sentido à tradição, pois já Aristóteles definia a metáfora como mudança de sentido, como a “epífora do nome” (cf. RICOEUR, 2005, p.162). Um ponto interessante a observar é que a separação entre sincronia e diacronia, cara aos estruturalistas, fica um tanto diluída por causa dessa definição de metáfora assumida por Ullmann: sendo uma mudança de sentido, a metáfora pertence à diacronia, mas, por envolver um rearranjo do sistema lexical de uma língua, age sobre a sincronia. (cf. RICOEUR, 2005, p.181).

O fato importante a destacar é que, nessa tradição representada aqui por Ullmann, a origem da metáfora está no sistema lexical: ao aplicar o substantivo *garganta* a uma montanha, criou-se um novo paradigma formado pelo par *montanha-garganta*, que se adiciona ao par já existente, formado por *ser humano-garganta*.

Em suma, Ullmann postula uma autonomia da palavra em relação ao contexto, correspondente aqui às ocorrências reais das palavras em sentenças e conjuntos de sentenças. Como bom saussuriano, esse autor entende que as palavras (e suas mudanças) estão no nível da *langue*, ao passo que enunciados empíricos reais fazem parte da *parole*. Nessa perspectiva estruturalista, a metáfora deve ser analisada como um dos campos de investigação da lingüística descritiva, autônoma em relação à *parole*, vale dizer, em relação à estrutura da frase.

Contudo, essa autonomia é possível? Vale a pena manter uma dicotomia tão extrema entre palavra e sentença? A minha posição é que a anulação ou relativização dessa dicotomia é a melhor forma de apreender a natureza da metáfora.

Gostaria de apresentar aqui dois argumentos contra a autonomia da palavra em relação à sentença. Em primeiro lugar, tomo o argumento de Ricoeur (2005, p. 170-171), que observa que uma teoria meramente lexical da metáfora restringe esse fenômeno a um processo de denominação, de designação de entidades. Assim, chamar Aquiles de leão é criar uma nova denominação (*leão*) para a classe de indivíduos corajosos, à qual pertence Aquiles. Mas Ricoeur

observa que, para se chegar à denominação, foi preciso antes passar por uma predicação, que é a função típica da frase, unidade mínima do discurso. O falante só denominou uma classe *P* (na qual se inclui Aquiles) porque ele disse que Aquiles é *P*, ou seja, predicou algo sobre Aquiles. Antes do nome, houve a aplicação do nome na frase. O veículo da metáfora (*leão*) foi predicado de um tópico (*Aquiles*). A metáfora nasce dessa interação entre tópico e veículo, e não da superposição pura e simples de uma nova acepção (*corajoso*) a uma acepção antiga (*felino com juba*) do signo *leão*. A palavra só funciona quando ocorre numa predicação.

A natureza predicativa da metáfora é ressaltada também por Glucksberg (2001). Para esse autor, com sua teoria da referência dual, a metáfora, por meio da interação entre tópico e veículo, cria uma nova categoria (que ele chama de categoria *ad hoc*), a qual só surge *depois* do fenômeno da predicação. É interessante notar que, na teoria da metáfora como mudança de sentido, há uma substituição de um nome (*corajoso*) por outro nome (*leão*). *Leão* seria em certo sentido sinônimo de *corajoso*. Mas, na teoria da referência dual de Glucksberg, *leão* não significa a mesma coisa que *corajoso*: a palavra *leão* cria uma nova categoria, que contém Aquiles e o próprio leão, entre outras coisas. A categoria *ad hoc* criada é uma categoria formada por elementos heteróclitos (pessoas, animais); uma categoria literal é formada por co-hipônimos semelhantes. Se eu digo que “Aquiles é corajoso”, estou colocando Aquiles na categoria dos homens corajosos. Se eu digo que “Aquiles é um leão”, coloco Aquiles no mesmo patamar de um leão; Aquiles e leão *se tornam* co-hipônimos na minha afirmação metafórica. É por isso que a metáfora perde o seu sabor se parafraseada por uma tradução literal.

Um segundo argumento contra a autonomia da palavra em relação à frase é que a interpretação de uma metáfora depende da combinação sintagmática dentro de uma frase, e não apenas de paradigmas lexicais considerados fora de contexto. Uma mesma palavra pode receber diferentes interpretações metafóricas dependendo do tópico com o qual se combina. Comparem (2), repetido abaixo, e (9):

- (2) Eles querem *engessar* um juiz de 1ª Instância. Eles querem fazer com que a Justiça seja de cima para baixo. <www.tacrim.sp.gov.br/cetac/Palestra40501.html>
- (9) Engessar a felicidade daquela mulher. <www.terra.com.br> (exemplos retirados de FOSSILE, 2007)

O fato de o tópico de (2) ser um juiz e de o tópico de (9) ser um conceito abstrato (*felicidade*) tem um evidente efeito sobre a interpretação dessas metáforas: parafraseando, um juiz engessado é um juiz impedido de exercer suas funções, e felicidade engessada é felicidade impedida de acontecer. No primeiro caso, a metáfora se refere a um evento de impedimento de ação, no segundo, impede-se um estado de acontecer. Nada disso pode ser explicado apenas no nível da palavra *engessar*, embora esse verbo evidentemente colabore para o cálculo do sentido da metáfora. O ponto que estou ressaltando é que a palavra sozinha não basta para explicar o jogo metafórico. O meu argumento é que os dois pólos (palavra e sentença, ou paradigma e sintagma) colaboram igualmente para a produção de metáforas.

Acabamos de analisar a tradição de base estruturalista que define a palavra como o centro nervoso da metáfora, relegando a frase a um segundo plano. A tradição oposta (e talvez dominante) é considerar a frase como a base da metáfora. Nessa tradição, não se fala de palavras metafóricas, mas de enunciados metafóricos.

Essa é a tradição da chamada teoria interacional da metáfora, cujos principais representantes são I. A. Richards e Max Black. Já mencionei brevemente neste artigo as hipóteses principais desses autores. Ambos fizeram uma crítica arguta da teoria retórica da metáfora, que postulava que o uso figurativo era uma questão de denominação, de troca de nomes. Esses autores conceberam uma nova unidade mínima da metáfora: a frase. Richards, em especial, é bastante crítico da tradição retórica, que, segundo ele, está ancorada na “superstição” do significado literal. Portanto, esses autores impõem uma dicotomia rigorosa entre palavra e sentença no estudo da metáfora, tomando como medida de análise a sentença, e relegando a palavra a um papel subsidiário.

Como vimos na seção anterior, esses mesmos autores, Richards e Black, sustentaram que a metáfora é um artefato do pensamento, e não um atributo da linguagem. Portanto, de modo geral, a tradição situa numa mesma posição teórica autores que entendem a metáfora como instrumento cognitivo e como realização da sentença, do enunciado. O pacote é completo: se você encara a metáfora como elemento da cognição, você a encara como produto de enunciados. E, por consequência, você despreza o papel da linguagem e a função das palavras na criação de enunciados metafóricos. Ou você é cognitivista ou você é estruturalista.

Não é difícil entender por que as coisas são assim. As proposições, ou seja, as representações de estados de coisas, são corporificadas em sentenças, não

em palavras. As proposições são pensamentos; as palavras são apenas elementos das proposições. Logo, se alguém afirma que a metáfora exprime essencialmente um pensamento, ele só poderá buscar a base desse pensamento no enunciado, na proposição. Ele compra o pacote completo.

É interessante observar que mesmo os autores que não assumem a teoria interacionista da metáfora terminam comprando o mesmo pacote que eles. Refiro-me aos cognitivistas capitaneados por Lakoff. Na *Linguística Cognitiva*, há o postulado de que a metáfora é um elemento do pensamento, o qual vem junto com o postulado de que as palavras são meramente epifenômenos (cf. MOURA, 2002a; 2005). Note que as metáforas conceituais, como AMOR É UMA VIAGEM, têm a forma de uma sentença, pois é a sentença que serve para exprimir o pensamento.

Vou citar dois argumentos que tentam questionar esse primado da sentença sobre a palavra. O meu intuito, como frisado desde o início deste artigo, é desfazer a dicotomia estanque palavra x sentença no estudo da metáfora.

O primeiro argumento é o mesmo usado para criticar o primado do pensamento. Trata-se do argumento envolvendo o uso de paradigmas lexicais na criação de metáforas. Reapresento a seguir o paradigma de metáforas no campo semântico de *código*:

- (4) O genoma é um código.
- (5) O genoma é um livro.
- (6) O genoma é um texto.
- (7) O genoma é um alfabeto.
- (8) O genoma é um sistema de signos.

Se adotamos o princípio de que a metáfora é um enunciado, e como tal não depende de relações semânticas lexicais situadas fora do contexto, cada uma das sentenças acima corresponderia a uma metáfora independente, exprimindo proposições distintas. Mas (4)-(8) formam claramente uma família de metáforas, com uma relação semântica entre si. As palavras *código-livro-texto-alfabeto-sistema de signos* formam um paradigma lexical que existe independentemente das metáforas nas quais esses itens lexicais aparecem. O veículo da metáfora é um campo semântico (KITTAI, 1989), ou um sistema de rótulos (GOODMAN, 1976). Campos semânticos e rótulos são conjuntos de palavras, não de pensamentos.

Não só o veículo de uma metáfora, mas também o tópico do enunciado metafórico convoca um paradigma lexical. Comparem (2), repetido a seguir, com (10) e (11):

- (2) Eles querem *engessar* um juiz de 1ª Instância. Eles querem fazer com que a Justiça seja de cima para baixo. <www.tacrim.sp.gov.br/cetac/Palestra40501.html>
- (10) quando eu digo que nós temos que separar o partido, do presidente, não é dizer que o presidente tem que ser amarrado, ou seja, *engessar o presidente*, mas também não se pode esquecer que Lula foi eleito por um partido que ele ajudou a criar. <<http://www.jornaldeitapecuru.com.br/Pagina251.htm>>
- (11) Eleutéria Amora, Diretora Executiva da Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), que também concordou com a afirmativa, afirmou não ver problema em que sejam celebrados convênios e contratos pontuais, desde que as regras sejam claras. Destacou, no entanto, que muitas vezes o Governo busca cooptar, *engessar as lideranças*. <http://www.rits.org.br/rets/download/centro_estudos_080705.pdf>

Há um evidente paradigma em jogo, formado nos exemplos pela tríade *juiz-presidente-lideranças*. Esse paradigma é formado por co-hipônimos da categoria *agente público*. Novas metáforas podem ser criadas a partir dessa combinação {*Agente público* (tópico): ENGESSAR (veículo)}. Esse paradigma lexical está disponível para os falantes do português.

Em resumo, tópico e veículo de metáforas instauram paradigmas lexicais, que independem dos enunciados metafóricos nos quais ocorrem os itens lexicais. Dessa forma, não faz sentido conceber uma dicotomia estanque palavra x sentença nos estudos da metáfora. Enunciados metafóricos estão ancorados em um sistema lexical muito rico, que ajuda na criação e interpretação das metáforas.

Um segundo argumento contra o primado da sentença sobre a palavra nos estudos da metáfora é que teorias semânticas contemporâneas contestam uma divisão rigorosa das tarefas realizadas pelas palavras e pela sintaxe na formação da sentença. Os chamados modelos lexicalistas (cf. PUSTEJOVSKY, 1995; JACKENDOFF, 2002) assumem que traços lexicais são essenciais para a definição da estrutura da sentença. Em outras palavras, nesses modelos assume-se que os itens lexicais contêm algum tipo de estrutura, e que não são apenas “preenchedores” de nódulos sintáticos, como a tradição chomskyana tem sustentado. O léxico é suficientemente rico e estruturado para contribuir para a geração de sentenças bem-formadas. Se isso ocorre na linguagem literal, nada indica que as coisas não se passem da mesma forma nos enunciados metafóricos.

Na verdade, a tese de que o vocabulário de uma língua é altamente estruturado, formando uma rede conceptual, pode iluminar aspectos da metáfora, como sustenta Steinhart (2001, p. 59): “The thesis that the vocabulary of English is a highly structured system is essential to the structural theory of metaphor”.⁷

Em suma, recusar a atribuição de qualquer função às palavras nas metáforas é contraproducente tanto do ponto de vista prático (pois paradigmas lexicais desempenham importante papel no uso de metáforas), quanto do ponto de vista teórico (pois o léxico de uma língua é altamente estruturado, contribuindo para a formação de sentenças).

É preciso, portanto, desfazer as duas dicotomias analisadas aqui (pensamento x linguagem e palavra x sentença), para que a descrição e explicação da metáfora possam ser mais fiéis à massa de dados das metáforas reais (cf. MOURA *et al.*, 2007).

3. Qual é o lugar do pensamento na metáfora?

Se deixamos de lado as dicotomias apresentadas, ainda ficam muitas perguntas. Por exemplo, qual é a função precisa do pensamento em sua interação com a linguagem, na produção e interpretação de metáforas? A resposta mais imediata parece ser: sempre que houver regularidades lingüísticas, com várias metáforas assemelhadas entre si formando uma família de metáforas, pode-se constituir uma metáfora conceptual, que exprimiria diretamente o pensamento, na tradição da Lingüística Cognitiva, e que seria a mãe da família de metáforas. O princípio por trás dessa decisão é que, se falamos metaforicamente assim (através de uma dada família de metáforas), é porque pensamos (metaforicamente) assim.

A questão é que podemos encontrar regularidades lingüísticas em vários níveis. Podemos encontrar regularidades muito finas, que envolvem paradigmas lexicais restritos, mas nem por isso menos relevantes. Vamos examinar de novo o exemplo (10).

- (10) quando eu digo que nós temos que separar o partido, do presidente, não é dizer que o presidente tem que ser amarrado, ou seja, *engessar o presidente*, mas também não se pode esquecer que Lula foi eleito por um partido que ele ajudou a criar. <<http://www.jornaldeitapecuru.com.br/Pagina251.htm>>

Nesse texto, são postas em paralelo duas metáforas: *amarrar o presidente* e *engessar o presidente*. Temos assim um paradigma lexical formado pelo par *amarrar-engessar*. A categoria lexical a que pertencem esses dois verbos é óbvia: ações que restringem o movimento do corpo humano. Em tese, se o sistema lexical do português dispuser de outros verbos pertencentes a essa categoria, novas metáforas podem ser formadas, no mesmo estilo. Dois candidatos são os verbos *algemar e amordaçar*. E de fato, na *web* podemos encontrar os exemplos (12) e (13) a seguir:

- (12) É o engessamento das técnicas de tutela que contribui para a injustiça e debilidade do processo, seja para o autor, seja para o réu. Predeterminar um programa processual, pelo qual se espera seja realizado o direito material postulado, significa *algemar o juiz* e torná-lo mero espectador ou fiscalizador do funcionamento débil do aparato processual. <<http://www.tex.pro.br/wwwroot/03de2004/execucaodetitulojudicialpl3253.htm>>
- (13) O Ministério Público só não age com maior rigor porque estão tentando *amordaçar os promotores*. <[...www.camarasm.pr.gov.br/portal_novo/index2.php?acessa=detalhe_noticia&id=64&departamento=&PHPS...-8k->](http://www.camarasm.pr.gov.br/portal_novo/index2.php?acessa=detalhe_noticia&id=64&departamento=&PHPS...-8k->)>

Agora já temos um paradigma formado por quatro itens: *amarrar-engessar-algemar-amordaçar*. Buscas mais detalhadas na *web* certamente podem fornecer outros exemplos. Até aqui, temos as seguintes ocorrências:

- (14) Lista de metáforas com verbos que indicam restrições ao movimento do corpo humano.

engessar um juiz (exemplo 2)

engessar o presidente. (exemplo 10)

presidente tem que ser amarrado (10)

engessar as lideranças (exemplo 11)

algemar o juiz (exemplo 12)

amordaçar os promotores (exemplo 13)

Com base na lista em (14), já podemos formular a questão: é possível constituir, em virtude das regularidades encontradas nos exemplos acima, uma metáfora conceptual como em (15)?

(15) A inibição da ação de um agente público é a restrição de movimentos do corpo.

Há algo de estranho com essa hipotética metáfora conceptual. Ela é muito específica. Logo, nem toda regularidade lingüística no uso de metáforas pode ser atribuída à existência subjacente de uma metáfora conceptual. Em vez de propor (15) como uma correlação que se dá na mente, é muito mais razoável e econômico supor que a analogia construída pelo pensamento se apropria de relações semânticas já existentes no sistema lexical da língua.

Podemos tentar encontrar um nível maior de generalidade para a metáfora conceptual em (15), fazendo uso de categorias hiperonímicas. Podemos, por exemplo, definir o tópico não com uma entidade tão específica como AÇÃO DE UM AGENTE PÚBLICO, mas como seu hiperônimo ELEMENTOS NÃO-FÍSICOS DO SER HUMANO (note que a ação de um agente público é necessariamente categorizada como uma entidade abstrata, ainda que a ação envolva aspectos físicos). Da mesma forma, podemos generalizar o veículo da metáfora e, em vez da categoria RESTRIÇÃO DE MOVIMENTOS DO CORPO, podemos fazer uso da categoria hiperonímica MUDANÇA DE ESTADO FÍSICO. E assim obtemos a nova metáfora conceptual a seguir:

(16) Elementos não-físicos do ser humano sofrem mudanças de estado físico.

A metáfora conceptual em (16) agora serve para representar uma família de metáforas muito mais ampla. Ela englobaria todas as metáforas lingüísticas construídas com tópicos designativos de uma propriedade ou elemento do ser humano, e com veículos constituídos por verbo indicativo de mudança de estado físico. Exemplos dessas metáforas:

(17) Levaste a minha boa alma e *retorceste-a* até ficar como um objecto pronto a *arquivar* na sucata que é o teu coração. <polonorte.blogspot.com>

(18) Não é o livro para *mumificar* a nossa mente, mas para estimulá-la. <www.prazerdapalavra.com.br>

(19) Para sair do banho, por exemplo, Luciana precisava “*congelar* um pensamento” bom. <Scotty.ffclrp.usp.br/periódicos>

(20) Ainda ali, vendo o dia amanhecer, o sangue me queimava as veias, num momento de criação, em que as frases se atropelam na minha cabeça e as minhas mãos anseiam por tocar um teclado e debitar todas aquelas sensações que o corpo

já não contem, que fazem *explodir* a alma e se misturam no olhar criando um mundo novo, sonhado e imaginado. (<<http://daquidali.blogs.sapo.pt/40719.html>>). (os exemplos (17)-(19) foram retirados de Fossile (2007) e o (20) de Moura (2007)).

Nesses exemplos, os verbos *retorcer*, *arquivar*, *congelar* e *explodir* formam um paradigma lexical: indicam mudanças de estado de natureza física, e são aplicados metaforicamente a elementos não-físicos do ser humano (respectivamente, *alma*, *mente*, *pensamento*, e *alma* mais uma vez). Portanto, a metáfora conceptual (16) parece ser uma boa representação do tipo de metáfora lingüística que temos nos exemplos (17)-(20), assim como nos exemplos (2) e (10)-(13). A metáfora conceptual em (16) seria suficientemente generalizante.

A dificuldade é que a generalização através de classes hiperonímicas não pára na metáfora conceptual indicada em (16); podemos ir além. Por exemplo, podemos generalizar ainda mais o tópico e, em vez de ELEMENTOS NÃO-FÍSICOS DO SER HUMANO, podemos trabalhar com a classe superordenada ELEMENTOS NÃO-FÍSICOS na posição de tópico, gerando a metáfora conceptual em (21):

(21) Elementos não-físicos sofrem mudanças de estado físico.

Exemplos de metáforas que fazem parte dessa metáfora conceptual indicada em (21) são dados a seguir:

- (22) Aconselhado pelos cortesãos do Itamaraty, o ex-operário Lula *arquivou o passado* para afirmar que a China pratica uma economia de mercado. (<www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=171248-50k>).
- (23) o Manifesto aponta as razões pelas quais a contra-revolução permanente não é capaz de *congelar a História* por tempo indefinido. [...] (<www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300013&script=sci_arttext-24k>->)
- (24) Há duas formas de *esterilizar um governo*. <www.mail-archive.com/voto-eletronico@pipeline.iron.com.br/msg18363.html> (o exemplo (22) foi retirado de Moura (2007) e os exemplos (23)-(24) foram retirados de Fossile (2007)).

Nesses exemplos, os tópicos das metáforas não são categorias ligadas aos seres humanos, mas são categorias abstratas (*passado, História e governo*, respectivamente).

Se observarmos a seqüência das metáforas conceptuais (15), (16) e (21), podemos nos perguntar se essa escala de generalização (do mais específico para o mais geral) não reflete na verdade a estrutura lexical de nossa linguagem, e não necessariamente a estrutura do pensamento. Por exemplo, (15) reflete a existência de uma categoria muito específica de verbos, que indicam ações que restringem o movimento do corpo (como *congelar, amarrar, algemar e amordaçar*). A representação em (16) reflete a existência de um campo semântico de elementos não-físicos associados ao corpo humano e (21) reflete a existência de um campo semântico de categorias abstratas, ou seja, o grau de generalização de uma metáfora dita conceptual está intimamente relacionado às hierarquias e relações semânticas estabelecidas no léxico de uma língua.

4. Conclusão

Qual é o lugar, então, do pensamento na metáfora, na perspectiva aqui adotada? Talvez o pensamento metafórico corresponda à capacidade de estabelecer conexões muito gerais entre domínios diferentes (cf. GENTNER, 1983; PINKER, 2007). O pensamento é analógico, e correlaciona domínios não-físicos e domínios físicos, ou então identifica homologias entre domínios físicos distintos, como se dá comumente na ciência (cf. BOYD, 1993; PINKER, 2007). Talvez a metáfora corresponda a uma capacidade muito geral da mente, e as famílias de metáforas obtidas (como aquelas representadas por (15), (16) e (21)) sejam o fruto não apenas dessa habilidade geral da mente, mas da forma em que nossa linguagem está estruturada, criando uma conexão intrínseca entre pensamento e linguagem.

Para construir uma metáfora, não basta apenas pensar uma correlação entre domínios. Uma série de outros elementos deve ser levada em conta:

- (a) informação sobre fatores culturais. Por exemplo, para o uso das metáforas representadas em (15), é importante definir quais as condições para a ação de um agente público. As metáforas (10)- (13) pressupõem o conhecimento cultural de que a ação de um agente público depende da liberdade que se dá a ele. Sem liberdade, o agente público fica *engessado*. É difícil dizer que esse tipo de conhecimento faça parte do pensamento.

- (b) identificação de granularidade fina de categorias lexicais, como o reconhecimento de verbos de restrição de movimento do corpo humano. Podemos até supor que o verbo amarrar faça parte de nosso aparato cognitivo inato, mas é difícil supor que isso ocorra com o verbo *engessar*. Que itens lexicais estão disponíveis para uma dada metáfora? Essa questão depende estritamente da língua em que a metáfora é construída.
- (c) identificação de hierarquias categoriais, como a relação que há na tríade *ação humana – elementos não-físicos do ser humano – elementos não-físicos*. Podemos, é claro, supor que hierarquias como essa façam parte da cognição humana de um modo geral, mas de toda forma as categorias específicas de cada nível dependem em última instância da linguagem. Por exemplo, o português categoriza a ação de um juiz como uma entidade abstrata, mas não é claro que isso seja uma imposição da cognição humana.

O pensamento está vivo em cada metáfora. Mas entre a habilidade cognitiva de identificar analogias metafóricas e a construção de um enunciado metafórico real, o usuário da metáfora leva em conta o meio expressivo de que dispõe e do qual não pode fugir: a sua própria língua.

Notas

¹ “algumas metáforas nos permitem ver aspectos da realidade que a produção metafórica ajuda a constituir. Porém isso não deve ser novidade se se acredita que o mundo necessariamente é um mundo sob uma certa descrição – ou um mundo visto sob uma certa perspectiva. Algumas metáforas podem criar tal perspectiva.”

² “eventos idênticos, metáforas diferentes, decisão torta”.

³ “PENSAR É COMPREENDER UMA METÁFORA”.

⁴ “Mas a expressão lingüística da metáfora existe em relação a uma língua cuja organização ajuda a delinear um sistema conceptual. E, insisto: o conceptual exige um meio expressivo.”

⁵ “podem alimentar inferências sofisticadas e não apenas as óbvias.”

⁶ “um conjunto de rótulos alternativos, um aparato organizacional completo, domina um novo território.”

⁷ “A tese de que o vocabulário da língua inglesa é um sistema altamente estruturado é essencial à teoria estrutural da metáfora.”

Referências Bibliográficas

- BOYD, R. Metaphor and theory change: What is “metaphor” a metaphor for? In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 481-532.
- BLACK, M. More about metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 19-41.
- BOWDLE, B.; GENTNER, D. The career of metaphor. *Psychological Review* 112-1, p. 193-216, 2005.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. 683p.
- FOSSILE, D. *Metáforas com verbo de mudança de estado*. 2007. 71p. Projeto de dissertação- UFSC, Florianópolis.
- GENTNER, D. Structure-mapping: a theoretical framework for analogy. *Cognitive Science* 7, p. 155-170, 1983.
- GOODMAN, N. *Languages of art*. Indianapolis:Hackett, 1976. 277p.
- GLUCKSBERG, S. *Understanding figurative language: from metaphors to idioms*. Oxford: Oxford University Press, 2001. 134p.
- JACKENDOFF, R. *Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002. 477p.
- KITTAY, E. F. *Metaphor: its cognitive force and linguistic structure*. Oxford: Oxford University Press, 1989. 358p.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press. 1980. Edição brasileira: *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de M. S. Zanotto e V. Maluf. São Paulo: EDUC, 2002. 360p.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987. 609p.
- LAKOFF, G. *Don't Think of an Elephant: Know Your Values and Frame the Debate—The Essential Guide for Progressives*. White River Junction, Vt: Chelsea Green, 2004. 200p.
- MOURA, H. Lexicon and context in the production of meaning. *Révue de sémantique et pragmatique* 12, p. 17-35, 2002a.
- MOURA, H. Linguagem e cognição na interpretação de metáforas. *Revista Veredas* 6- 1, p. 153-161, 2002b.
- MOURA, H. Metáfora: das palavras aos conceitos. *Letras de hoje* 40- 139, p. 20-45, 2005.

MOURA, H. The conceptual and the linguistic factors in the use of metaphors. *DELTA* 22, n. especial, p. 81-94, 2006.

MOURA, H. Relações paradigmáticas e sintagmáticas na interpretação de metáforas. *Linguagem em (Dis)curso* 7-3, p. 417-452, 2007.

MOURA, H; VIEIRA, J; NARDI, I. Apresentação de Metáfora e Contexto. *Linguagem em (Dis)curso* 7-3, p. 345-351, 2007.

PINKER, S. *O instinto da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 627p.

PINKER, S. *The stuff of thought*. Language as a window into human nature. New York: Viking, 2007. 499p.

PUSTEJOVSKY, J. *The generative lexicon*. Cambridge: MIT Press, 1995. 298p.

RICOEUR, P. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 500p.

RICHARDS, I.A.. *The philosophy of rhetoric*. New York: Oxford University Press, 1965. 138p.

STEINHART, E. *The logic of metaphor – analogous parts of possible worlds*. Dordrecht: Kluwer, 2001. 254p.

TVERSKY, A; KAHNEMAN, D. The framing of decisions and the psychology of choice. *Science* 211, p. 453-458, 1981.

ULLMANN, S. *Semântica - uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. 577p.